

ANEXO 7

DIRETRIZES PARA O CONVÊNIO DE TRANSFERÊNCIA E REGULARIZAÇÃO DE BENS

Nos termos da Cláusula 5.1.9 da Minuta de Contrato de Concessão Patrocinada da prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da rede metroferroviária da Região Metropolitana de Recife, a Concessionária deverá aderir formalmente ao Convênio de Transferência e Regularização de Bens, que constituirá, uma vez celebrado, o Anexo 7 ao referido Contrato – a ser publicado juntamente com o material editalício definitivo.

O presente documento lista os pontos sobre os quais o Convênio deverá dispor:

- As obrigações e condições de participação da CBTU na realização de visitas técnicas por eventuais interessados na licitação para outorga da Concessão
- A obrigação de CBTU de garantir ao Estado e à Concessionária o livre acesso à Rede e a todos os seus bens a partir da Ordem de Início
- A responsabilidade da CBTU de prestar, às suas expensas, os serviços durante a fase licitatória, bem como durante o Período Pré-Operacional
- A obrigação da CBTU de prestar, às suas expensas e mediante disponibilização de pessoal qualificado, suporte à Concessionária durante o Período de Operação Assistida para adequada transição operacional dos serviços
- A obrigação da CBTU de manter todas as licenças atualmente existentes vigentes até a Data de Assunção
- A obrigação da CBTU de cumprir todas as atividades previstas como de sua atribuição no Contrato de Concessão e no Anexo de Transição Operacional
- A transferência, de forma gratuita e automática, pela CBTU ao Estado de Pernambuco, a partir da Data de Assunção, do domínio útil e posse legítima dos bens imóveis afetos à Concessão, bem como dos bens móveis neles contidos e sob afetação
- A cessão pela CBTU ao Estado de Pernambuco, com a conclusão do processo de desestatização e início da concessão dos serviços públicos de mobilidade urbana da Região Metropolitana de Recife pelo Concessionário, de todos os créditos, posição contratual ou jurídica da CBTU perante o Estado de Pernambuco ou ente de que este seja acionista majoritário referentes a contratos, acordos de cooperação e instrumentos congêneres celebrados, bem como ações judiciais a eles relacionados, em decorrência da operação dos serviços de transporte público ferroviário de passageiros e de

investimentos realizados no sistema de transporte público coletivo, incluindo eventuais créditos decorrentes dessa posição jurídica.

- O registro da propriedade de todos os bens imóveis afetos à Concessão em nome do Estado de Pernambuco ao longo da Concessão – obrigação a ser operacionalizada com apoio material da Concessionária, incluindo, dentre outros, realização de inventários, serviços de demarcação e regularização de bens, sem prejuízo da responsabilidade das outras partes no tocante a atos de suas competências privativas
- O possível direito de regresso do Estado de Pernambuco perante a CTBU e seu acionista controlador referente a passivos, custos e despesas por ele arcados em casos de fatos geradores anteriores à data de assunção e/ou que decorrem de descumprimento de obrigações da CBTU, observada a matriz de riscos previstas no Contrato de Concessão
- A adesão obrigatória da Concessionária ao Convênio como condição prévia à assinatura do Contrato de Concessão, incluindo o consentimento às obrigações a ela delegadas
- A destinação do Pátio de Manutenção de Edgar Werneck e o Ramal de Ligação de Edgar Werneck, bens imóveis que deverão ser desvinculados e desafetados formalmente da Concessão após as obras de requalificação do Pátio de Manutenção de Cajueiro Seco
- Compromisso do Estado de Pernambuco de publicar, previamente à publicação do Edital de Concessão, decreto para declarar todos os Bens Imóveis situados nas Áreas Operacionais afetados à prestação dos Serviços, condicionado à celebração do Contrato de Concessão

O presente documento tem caráter preliminar e tem por objetivo apresentar em linhas gerais as condições do Convênio. Os termos finais do Convênio serão disponibilizados juntamente ao Edital definitivo da Concessão Patrocinada.